

# Uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais do norte do Brasil

*Use of definite article before proper name in the capitals of north Brazil*

Alcides Fernandes de LIMA\*  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
Ronaldo Nogueira de MORAES\*\*  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**RESUMO:** O presente trabalho analisa a presença *versus* a ausência de artigo definido diante de nome próprio em seis capitais da região Norte do Brasil (excetuando-se Palmas). Os dados para análise foram obtidos das respostas fornecidas por 48 falantes (oito de cada capital) a perguntas dos três questionários que compõem a metodologia de coleta de dados do projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), bem como dos discursos semidirigidos produzidos por esses colaboradores. A análise dos dados foi feita com base na Metodologia Geossociolinguística; os resultados revelam um expressivo uso do artigo definido diante de nome próprio, em todas as capitais, mostrando que a Região Norte se caracteriza por fazer uso do artigo definido com nome próprio, o que a aproxima das regiões Sudeste e Sul e a distancia da Região Nordeste.

**PALAVRAS-CHAVE:** Artigo definido diante de nome próprio. Atlas Linguístico do Brasil. Geossociolinguística.

**Abstract:** The present paper analyzes the presence versus the absence of the definite article before proper names in six capitals of the North Region of Brazil (except Palmas). Data for analysis were obtained from responses provided by 48 speakers (eight from each capital) to questions from the three questionnaires which compose the data collection methodology of the Brazil Linguistic Atlas project (ALiB), as well as from the semi-directed speeches produced by these collaborators. Data analysis was based on Geosociolinguistic Methodology; the results show an expressive use of the definite article in front of its proper name, in all capitals, showing that the North Region is characterized by making use of the definite article with its proper name, which brings it closer to the South and Southeast and distance from the Northeast Region.

**Keywords:** Definite article before proper names. Brazil Linguistic Atlas. Geosociolinguistic.

## Considerações iniciais

O português brasileiro (PB) apresenta fenômenos variáveis que o diferenciam não só do português europeu, mas, em alguns casos, também das demais línguas

---

\* Doutor em Linguística pela UFC, professor do Programa de Pós-graduação em Letras da UFPA. E-mail: alcides@ufpa.br.

\*\* Doutorando em Estudos Linguísticos PPGL/UFPA. E-mail: ronaldo645@yahoo.com.br.

românicas. Um desses fenômenos diz respeito ao uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoas, os antropônimos. No PB, o artigo definido é usado variavelmente nos sintagmas nominais nucleados por nomes próprios de pessoas e esse uso é tão arraigado em algumas regiões que passa muitas vezes despercebido, ou pelo menos sem a pressão da avaliação social.<sup>1</sup>

O nome próprio, como se sabe, é objeto de inúmeras discussões não só nos estudos da linguagem, como também nos estudos filosóficos. Em seu uso referencial, aquele em que o nome próprio se refere a um indivíduo específico no domínio discursivo, ele é tido como uma unidade semanticamente completa e definida. Por conta disso, a ocorrência de artigo definido diante de nome próprio constitui um caso de flagrante redundância gramatical<sup>2</sup>. Veja-se alguns exemplos a seguir:

- (1) *O Pedro* sempre chega atrasado. *Pedro* sempre chega atrasado.
- (2) O diretor fez *o Pedro* chegar mais cedo. O diretor fez *Pedro* chegar mais cedo.
- (3) O diretor não acredita mais *no Pedro*. O diretor não acredita mais *em Pedro*.

Nesses exemplos, a variação (presença ~ ausência) do artigo definido diante de nome próprio sugere que: (i) o artigo definido pode ocorrer junto ao núcleo nominal nessas funções sintáticas (sujeito, objeto direto, objeto indireto), (ii) essas ocorrências são regidas por uma regra variável, pois entre o enunciado com artigo e o sem artigo não há diferença de significado referencial (isto é, há um mesmo valor de verdade entre as duas sentenças)<sup>3</sup>.

O presente trabalho tem por objetivo descrever e analisar a variação do artigo definido diante de nome próprio de pessoas (antropônimo), identificando os fatores geossociolinguísticos atuantes no condicionamento dessa variação. À luz dos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e da Dialetoлогия Pluridimensional (RADTKE; THUN, 1996), o presente trabalho se vale da

---

<sup>1</sup> Até onde se conhece, o uso do artigo definido diante de nome próprio não constitui uma variante estigmatizada no PB.

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, Müller e Negrão (1989).

<sup>3</sup> Por conta disso, alguns autores tratam como *determinante expletivo* o artigo da estrutura “artigo definido + antropônimo”. É o que defende, por exemplo, Longobardi (1994). Castro (2001) também atribui o *status* de “expletivo” ao artigo definido diante de nome próprio e possessivo pré-nominal. Neste, é a própria posição do possessivo que marca sua definitude; naquele, é o próprio antropônimo, por ser referencial e definido.

metodologia que conjuga os pressupostos teóricos dessas duas disciplinas, ou seja, se vale da Metodologia Geossociolinguística (cf. RAZKY, 1998, 2003, 2004, 2010a, b; RAZKY *et al.*, 2016; LIMA, 2003). Esta metodologia parte do pressuposto de que os fenômenos linguísticos variáveis são condicionados por um tripé de fatores: os espaciais, os sociais e os linguísticos.

## 1. O objeto de estudo

### 1.1 Sobre o artigo definido em português

Uma das primeiras questões que aparecem quando se fala em artigo em português é que ele corresponde a uma classe que não existia no Latim, língua que deu origem (direta ou indiretamente) ao português. A presença do artigo no português e nas outras línguas neolatinas deve-se às transformações ocorridas ao longo dos anos, na passagem do dito Latim Clássico para o dito Latim Vulgar e deste para o Português, mais especificamente. Mattos e Silva (1993, p. 23) diz que o aparecimento do artigo definido é proveniente do “complexo sistema de demonstrativos latinos, *ille*, na forma de acusativo, como determinador por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico do gênero”. Na passagem do Latim Clássico para o Latim Vulgar – com todas as mudanças e perdas que esta passagem acarretou –, certos mecanismos funcionais próprios dos demonstrativos latinos se perderam, havendo, assim, a necessidade de compensar de alguma forma essas perdas.

Tarallo (1990) considera o artigo como um ganho morfológico do Latim Vulgar e diz que ele teria aparecido primeiramente na fala e depois teria sido incorporado na escrita. Nas palavras do autor:

O latim clássico possuía um sistema para a indeterminação e a indefinidade dos substantivos que apareciam, então, formalmente marcados. Por exclusão, os substantivos sem marca formal determinativa poderiam ser interpretados como definidos. No português moderno, entretanto, a fala formal também garante uma leitura, mas a da indefinidade. Nesse sentido, dissemos que a aquisição de artigos pelas línguas românicas constitui uma instanciação de ganhos morfológicos *não-encaixados*, pois a função existia no latim clássico sem ser formalmente marcada: as línguas românicas implementaram assim uma nova forma para retomar uma antiga função. (TARALLO, 1990. p. 138).

Como os artigos, de certa forma, conservaram algumas características próprias dos demonstrativos latinos – como a função dêitica, o caráter proclítico ao nome e a

flexão em gênero e número –, alguns estudiosos, como Camara Jr. (1979), consideraram o artigo como uma subclasse dos pronomes, e não uma classe à parte.

A tradição gramatical, no entanto, reúne os artigos em uma classe própria e subdivide-os em definido e indefinido, com suas respectivas flexões de gênero e número (o = a, os, as; um = uma, uns, umas). Segundo Castilho (2010, p. 489), essa subdivisão na classe dos artigos ocorreu no século XIX “aparentemente por algum critério semântico”.

Observa-se que a sintaxe do artigo definido é relativamente simples e se relaciona basicamente à posição que esse especificador ocupa na frase em relação aos outros especificadores. Segundo Braga *et al.* (2015), a realização mais simples da sintaxe do artigo ocorre quando se juntam em um mesmo sintagma nominal (SN) um artigo definido empregado como especificador e um substantivo que funciona como núcleo desse SN:

- (4) *A montanha* mais alta do mundo é *o Monte Everest*.
- (5) Marcelo saiu para comprar *o carro*.
- (6) *A comunidade* precisa bastante *do dinheiro* arrecadado.

Já a semântica do artigo definido está ligada à noção de identificabilidade do referente do nome acompanhado pelo artigo: o artigo definido *precisa* (isto é, define, identifica, caracteriza) um referente como sendo único dentro de uma classe. Em “O livro da biblioteca”, por exemplo, o artigo “O” identifica um livro específico (dentre muitos outros da biblioteca) que deve ser de conhecimento mútuo entre os interlocutores.<sup>4</sup>

## ***1.2 Sobre o nome próprio em português***

Os nomes próprios pertencem à classe das *expressões singulares* às quais se opõem as *expressões gerais*. Para Lyons (1977), o nome próprio tem duas funções características: referencial e vocativa. A primeira está ligada às expressões referenciais,

---

<sup>4</sup> Todavia, como observa Braga *et al.* (2015), vale lembrar que esse aspecto dos artigos não é tão simples como pode parecer à primeira vista, uma vez que os processos que garantem a *identificabilidade* de um determinado referente são muito diversificados e complexos.

juntamente com os sintagmas nominais definidos e os pronomes pessoais; a segunda função está ligada à sua utilização para atrair a atenção da pessoa que está sendo chamada ou intimada. O referido autor faz ainda uma observação importante sobre o uso referencial e vocativo do nome próprio, qual seja, a necessidade de distinguir claramente essas duas funções nos chamados *enunciados apelativos*, como em “apresento-te o João” e “ele se chama João Silva”. Em enunciados desse tipo, ocorre o que o autor chama de *nominação didática* – à qual ele opõe *nominação performativa* –, que consiste em se ensinar a alguém, formal ou informalmente, que um nome particular está associado a uma pessoa, objeto ou lugar particular por uma convenção preexistente. É o que acontece nos exemplos seguintes:

- (7) Ele se chama João Silva
- (8) \*Ele se chama o João Silva
- (9) O nome dele é João Silva
- (10) \*O nome dele é o João Silva

Nesse caso da *nominação didática*, como se observa em português, há uma restrição da ocorrência do artigo definido antes do nome próprio.

Na verdade, independentemente desses casos particulares (cf. mais no item 3.4.1), o nome próprio, por possuir uma natureza semântica definida (pois nomeia um ente específico de uma dada coleção), tende a inibir, por uma questão de economia ou restrição à redundância, a ocorrência de artigo definido. Não é incomum línguas, como é o caso do inglês e do francês, que restringem o uso de artigo diante de nome próprio, como se pode ver nos exemplos seguintes:

- (11) Ø Maria is brazilian. / Ø Maria est brésilienne. (A/Ø Maria é brasileira.)
- (12) I love Ø Maria. / J’aime Ø Maria. (Eu amo a/Ø Maria)
- (13) Ø Brazil is a great country./ Le Brésil est un grand pays. (O/Ø Brasil é um grande país.)
- (14) I know Ø Brazil. / Je connais le Brésil. (Eu conheço o/Ø Brasil.)

No caso do PB, nomes próprios, antropônimos ou não, podem ser usados com artigo definido, constituindo um caso de variação linguística com caracterização geossociolinguística, como está sendo revelado nas pesquisas do Atlas Linguístico do Brasil.

### **1.3 Sobre o antropônimo**

A proposta de classificação dos nomes próprios é complexa, diversificada e muitas vezes pouco consensual (como também são quase todas as questões que envolvem semântica lexical). A classe dos nomes próprios que aqui se considera é a dos antropônimos, ou seja, dos nomes próprios de pessoas, que também correspondem a uma classe diversificada que inclui prenomes, sobrenomes, patronímicos, apelidos, hipocorísticos etc. Apesar da grande heterogeneidade dessa categoria, Amaral (2011) traz uma contribuição interessante sobre a tipologia do antropônimo e lança uma luz, sobretudo, com relação ao português brasileiro. O autor propõe uma divisão da classe em dois grupos: *ortônimo* e *alônimo*. Os ortônimos correspondem ao nome oficial que consta no registro civil e são formados pelo prenome e pelo sobrenome; os alônimos correspondem aos nomes oficiais que não constam no registro civil e são formados pelo hipocorístico, apelido (ou alcunha), pseudônimo/codnome, heterônimo, nome artístico/nome de palco e nome de guerra (cf. AMARAL, 2011. p. 74). Essa proposta de classificação de Amaral será adotada, no que for pertinente, neste presente trabalho.

## **2. O artigo definido diante de nome próprio: algumas considerações**

Vários trabalhos que investigam a ocorrência de artigo definido diante de nome próprio no português brasileiro já foram desenvolvidos<sup>5</sup>. A grande maioria se fundamentou nos aspectos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e objetivou verificar os contextos variáveis de ocorrência.

---

<sup>5</sup> Dentre os quais se podem citar: Moisés (1995), Silva (1996a, b), Callou (2000), Leite e Callou (2002), Campos Jr. (2011), dentre outros.

Silva (1996a) observou a ausência/presença de artigo diante de antropônimo<sup>6</sup> em dados do *Corpus Censo*<sup>7</sup> e relacionou a presença do artigo a questões de discurso e a fatores de ordem semântica, tais como a presença de interlocutores, a entrada de novos elementos no discurso e a referência a pessoas já conhecidas. O objetivo da autora era obter explicações para o papel do artigo em geral, uma vez que parecia que “as variáveis estavam mais relacionadas com os artigos do que com os possessivos ou nomes próprios” (SILVA, 1996a. p. 127).

A frequência de uso de artigo com nome próprio registrada por Silva (1996a) foi bem expressiva, 73%. Dois fatores foram selecionados como favorecedores à presença do artigo: a familiaridade de tratamento e o domínio público. Com base nos resultados encontrados, a autora conclui que dois princípios antagônicos parecem estar agindo no que diz respeito à presença do artigo, a saber:

(i) a familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada faz com que o falante se empenhe em definir melhor a entidade quando considera que o ouvinte não compartilha com ele desse conhecimento. Nesses casos, há um aumento no uso de artigos. (ii) a familiaridade que o falante tem acerca dessa entidade faz com que ele aumente a realização do artigo. Os nomes próprios que se referem a entidades familiares têm mais artigos do que os menos familiares. (SILVA, 1996a. p. 139-140).

Callou e Silva (1997) analisam o uso do artigo definido em dois contextos: diante de nome próprio e diante de possessivo. As autoras fizeram uma análise sincrônica e diacrônica do fenômeno, usando para isso *corpus* de língua escrita, do Brasil e de Portugal, e *corpus* de língua falada do Projeto Norma Urbana Culta (NURC).

Na análise diacrônica, as autoras observaram um significativo aumento no uso de artigo com nome próprio tanto em Portugal quanto no Brasil, sendo que no Brasil o uso é maior que em Portugal. A partir desses resultados, as autoras procederam a uma análise sincrônica com dados da língua oral das cinco capitais brasileiras que integram o Projeto NURC: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os fatores que se mostraram favorecedores do uso do artigo definido com nome próprio foram:

---

<sup>6</sup> A autora usa o termo “patronímico” para se referir aos nomes próprios de pessoas. A autora também observou a presença de artigo diante de possessivo (variante que não será analisada aqui).

<sup>7</sup> Projeto Censo da Variação Linguística no estado do Rio de Janeiro, que é constituído por um *corpus* de dados da oralidade e da escrita.

presença de preposição, função sintática, grau de familiaridade, região de origem e prosódia.

De modo geral, Callou e Silva (1997) levantaram a hipótese de a distribuição regional do fenômeno se apoiar nas diferenças rítmicas de fala das regiões Sudeste/Sul e Norte/Nordeste. Esta hipótese levou as autoras a considerar que o fenômeno pode ter uma explicação para além da questão da definitude, além de chamar a atenção para o fato de o artigo ser menos frequente na região de colonização mais antiga, o que revelaria um caso de conservadorismo linguístico. Nas palavras das autoras, “quanto mais antiga a colonização, menor o percentual de uso do artigo.” (CALLOU; SILVA, 1997. p. 22).

Em suma, os trabalhos acima descritos mostram que no português o uso do artigo definido diante de nome próprio se comporta de forma variável, tendo, portanto, fatores internos e externos à língua condicionando a variação.

### **3. Procedimentos metodológicos**

#### ***3.1 A Metodologia Geossociolinguística***

O termo “geossociolinguística” foi introduzido por Razky (1998) no âmbito do projeto *Atlas Geossociolinguístico do Pará*. A metodologia aborda a variação e mudança linguística em uma perspectiva que conjuga as dimensões espacial, social e linguística. Segundo Razky (2010b):

Uma perspectiva Geossociolinguística é necessária para compensar os limites de cada uma das disciplinas: a Sociolinguística cuja maior parte dos trabalhos no Brasil se detém na dimensão social e local; e a Geolinguística, que se ocupa com o aspecto espacial com uma estratificação social mínima. (RAZKY, 2010b. p. 172).

A metodologia de coleta de dados no ALiB – projeto de onde provém o *corpus* que fornece os dados para o presente trabalho – segue as orientações da Geossociolinguística (ou dialetologia pluridimensional, como também é denominada por alguns). Tal metodologia consiste em técnicas de aplicação de questionários (fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático), de entrevista (narrativas orais e relatos de experiência) e de atividade escrita (leitura de texto previamente preparado).



### 3.2 A constituição do corpus

Os dados para análise são provenientes do *corpus* de 48 entrevistas do Projeto ALiB, referentes às seis capitais da Região Norte do Brasil (excetuando-se Palmas, que não faz parte do mapeamento linguístico do ALiB): Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Porto Velho e Rio Branco. As entrevistas se compõem de resposta a questionários (QFF, QSL, QMS) e dos discursos semidirigidos produzidos pelos colaboradores. Os falantes entrevistados, oito por capital, foram estratificados por: a) SEXO (quatro mulheres e quatro homens), b) FAIXA ETÁRIA (duas mulheres de faixa etária entre 18 e 30 anos, e duas mulheres de faixa etária entre 50 e 65; o mesmo para os quatro homens), e c) ESCOLARIDADE (duas mulheres com ensino fundamental incompleto e duas mulheres com ensino universitário; o mesmo para os quatro homens).

### 3.3 Definição das variáveis

**Variável dependente**, como se sabe, consiste no fenômeno (variável) que se propõe analisar. Neste estudo, a variável dependente consiste no uso do **artigo definido diante de nome próprio** (a presença e a ausência do artigo antes do nome próprio, por sua vez, constituem as variantes da variável).

A realização ou não realização de um determinado fenômeno linguístico variável depende de uma série de fatores condicionantes denominados **variáveis independentes** (ou grupo de fatores), que podem ser linguísticos ou sociais. As variáveis independentes consideradas neste estudo foram:

- a) **linguísticas**: antropônimo como item de enumeração (Item de enumeração, Não item de enumeração); antropônimo com possessivo (Com possessivo, Sem possessivo); antropônimo com título/qualificativo (Com título/qualificativo, Sem título/qualificativo); antropônimo em estrutura de genitivo (Com genitivo, Sem genitivo); circunstância em que o antropônimo é citado (Citado pela primeira vez, Já citado anteriormente); estrutura do sintagma nominal (SN com prep. que se contrai, SN com prep. que não se

contraí, SN sem prep.); função sintática do antropônimo (Sujeito, OD, OI, Aposto, Adj. adnominal, Adj. adverbial, Comp. nominal, Predicativo, Tópico); gênero do antropônimo (Feminino, Masculino); tipo de antropônimo (Apelido, Hipocorístico, Nome completo, Prenome, Sobrenome).

- b) **sociais:** sexo (Feminino, Masculino); idade (Faixa etária I (de 18 a 30 anos), Faixa etária II (de 50 a 65 anos)); escolaridade (Ensino fundamental, Universitário); capital (Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Porto Velho, Rio Branco); dimensão diafásica (Resposta a questionários, Discurso semidirigido); grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada (Pessoa do meio social do falante, Pessoa pública da região do falante, Pessoa famosa nacionalmente); tempo de colonização/fundação da capital (Colonização/fundação mais antiga (Belém e Manaus), Colonização/fundação mais recente (Boa Vista, Macapá, Porto Velho, Rio Branco)).

No presente trabalho, portanto, são controlados dezesseis grupos de fatores, sendo nove linguísticos e sete sociais.

### ***3.4 O tratamento dos dados***

Levantadas todas as ocorrências de nome próprio nos dados provenientes dos questionários e dos discursos semidirigidos, procedeu-se à análise de cada uma das ocorrências, a fim de separar os dados válidos dos não válidos, e em seguida passou-se à codificação dos dados para a execução das rodadas no programa GOLDVARB X.

Neste trabalho, tomou-se como aplicação da regra a presença do artigo definido diante do nome próprio.

### 3.4.1 Contexto de exclusão de dados

É muito importante entender que a simples ocorrência de um nome próprio não constitui dado válido para o presente estudo. Por isso, como um dos primeiros procedimentos de análise, procedeu-se à definição dos contextos de exclusão de dados.

Tais contextos de exclusão são os seguintes:

- a) uso não referencial do nome próprio;
- b) função vocativa do nome próprio;
- c) nominação didática e/ou performativa;
- d) uso metonímico do nome próprio;
- e) nome próprio precedido de demonstrativos;
- f) patronímicos;
- g) antropônimo usado como topônimo.

A ocorrência do nome próprio que se enquadre num desses casos de “a” a “g” foi desconsiderada como dado válido para análise no presente estudo.

Alguns exemplos desses contextos de exclusão:

(15) INF. Ele ficou insistindo, aí eu olhei pro Marcos disse assim: “**Marcos**, o Roberto já me entregou o troco”, aí o Marcos fez assim pra mim, perguntando se era quarenta reais. (Nome próprio em função vocativa).

(16) INF. A gente tem um garoto que... chamado **Ronildo**... que esse é um fenômeno. (Nominação didática).

(17) INF. Não, nenhum...trabalhando através de muito estudo cursos muitas vezes conhecidos. Lá de casa por exemplo pra pegá **o Felipe Patroni**, descer em frente ao Shopping São Brás, aí atravessar, ir ao terminal lá se informá pra fila do ônibus que vai para Castanhal. (Uso metonímico do nome próprio).

A definição desses critérios de exclusão de dados é de fundamental importância para a consistência das análises, pois descarta ocorrências e não ocorrências do artigo em contextos que possuem efeitos categóricos (0 ou 100%). A seguir apresentam-se os resultados das análises.

## 4. Resultados e análise

### 4.1 Resultados gerais

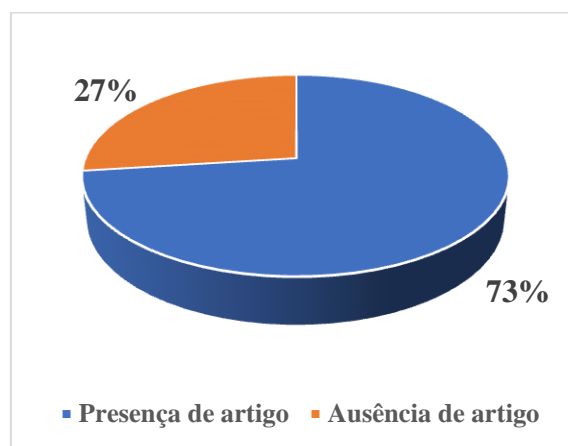
Foram levantadas 554 ocorrências de nome próprio, das quais em 407 há presença de artigo e em 147 há ausência de artigo. De imediato, pode-se dizer que a Região Norte se caracteriza pelo uso significativo do artigo definido diante de nome próprio. Veja-se a tabela seguinte.

**Tabela 1: Presença/ausência de artigo definido diante de nome próprio, segundo os estilos *resposta a questionários e discurso semidirigido*.**

	<b>Questionário</b>	<b>Discurso semidirigido</b>	<b>Total</b>
Presença de artigo	355	52	<b>407</b>
Ausência de artigo	130	17	<b>147</b>
<b>Total</b>	<b>485</b>	<b>69</b>	<b>554</b>

A Tabela 1 mostra a quantidade de ocorrências de nome próprio com e sem artigo em função dos estilos considerados. O gráfico a seguir mostra a frequência bruta do uso/não uso do artigo definido com nome próprio.

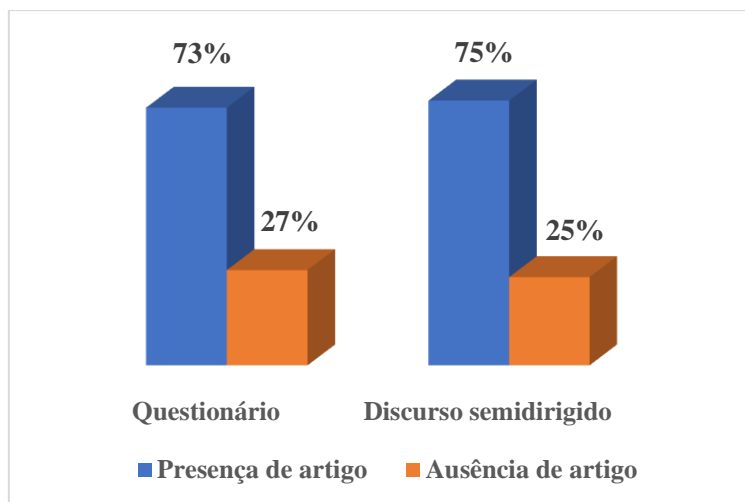
**Gráfico 1: Presença/ausência de artigo definido diante de nome próprio nas capitais do Norte do Brasil.**



O alto índice de ocorrência de artigo com nome próprio segue uma regularidade quando se observam as ocorrências nos dois estilos considerados, como mostra o Gráfico 2 abaixo. Apesar de o número de dados no Discurso semidirigido ser menor, o

percentual de ocorrência (75%) é um pouco maior do que o que ocorre no Questionário (73%).

**Gráfico 2: Presença/ausência de artigo definido diante de nome próprio nos estilos *resposta a questionários e discurso semidirigido*.**



A hipótese inicial, no presente trabalho, era a de que o artigo definido diante de nome próprio teria uma significativa frequência de uso na fala dos colaboradores, como de fato aconteceu; essa hipótese teve como ponto de partida a intuição dos pesquisadores como usuários da língua e como observadores dos fenômenos da linguagem pelos mais diversos meios atualmente disponíveis (tvs, mídias sociais, por exemplo). A hipótese se confirmou não apenas quando se observa a distribuição geral dos dados (73% de frequência de uso do artigo), mas também quando se observa a frequência dos dados em cada uma das seis capitais (entre 60% e 83%), como será mostrado mais adiante.

#### ***4.2 Atuação dos fatores linguísticos***

Dos nove grupos de fatores linguísticos (internos) considerados na análise dos dados, o programa GOLDVARB X selecionou quatro como estatisticamente relevantes, que foram: a) Antropônimo em estrutura de genitivo; b) Tipo de antropônimo; c) Função sintática do antropônimo; e d) Antropônimo como item de enumeração. A seguir, apresenta-se cada um deles.

### a) Antropônimo em estrutura de genitivo

A hipótese inicial para esse grupo de fatores era a de que o nome próprio quando figurasse em estruturas de genitivo seria significativamente marcado pelo uso do artigo<sup>8</sup>. De fato, esse é um ambiente sintático em que o artigo mais se faz presente. Das 56 ocorrências de nome próprio em estrutura genitiva, em apenas uma não houve uso de artigo. Veja-se exemplo com e sem o artigo:

(18) INF. Pronto, oi, quem, qual é o número da casa de Edson? Por quê?. Ah tu vai lá?

(19) INF. E tem um cesto de vime que eu coloco as roupas sujas do Romário, e um cesto de vi, e um cesto de plástico que ele é encapado com tecido que é o cesto de roupas sujas do Junior.

A tabela abaixo traz a frequência e o peso relativo (PR) para esta variável independente.

**Tabela 2: Artigo diante de nome próprio segundo a variável *estrutura de genitivo*.**

	Ocorrência	%	PR
Presença de artigo	55/56	98,2%	.96
Ausência de artigo	1/56	1,8%	.40

Pode-se dizer que o falar do Norte apresenta como uma das características o uso semicategórico (LABOV, 2003) do artigo definido diante de nome próprio quando este se encontra em estruturas de genitivo. A ausência do artigo nesses casos pode trazer um certo estranhamento<sup>9</sup> para o ouvinte, supondo-se que o falante pertença a outra região que não a Região Norte.

### b) Tipo de antropônimo

A hipótese para esse grupo de fatores era a de que o tipo de antropônimo poderia influenciar no uso do artigo definido, porque, a depender do tipo de antropônimo (completo, só o prenome, só o sobrenome, hipocorístico etc.), poder-se-ia ter graus de *definitude* do referente e graus de *intimidade* entre o falante e a pessoa referida muito distintos. Isso de fato ocorreu e em dois extremos: a) hipocorísticos tendem a favorecer

<sup>8</sup> As razões para a pressuposição dessas hipóteses advêm, em grande medida, do fato de alguns desses fatores já terem se mostrado relevantes em outros trabalhos.

<sup>9</sup> Ainda que esse *estranhamento* não tenha um caráter de avaliação negativa, ou de censura.

amplamente o uso do artigo (talvez por expressar forte *intimidade* entre falante e a pessoa referida), enquanto que nomes completos tendem a desfavorecê-lo (neste caso, pela razão óbvia de que nomes próprios completos são mais *definidos*).

Silva (1996a) observa que os nomes próprios que se referem a entidades familiares tratadas por nome de batismo ou apelido apresentam muito mais artigo do que os menos familiares; segundo a autora, “a necessidade de definição de entidade não conhecida pelo ouvinte correlaciona-se com um aumento do emprego de artigo” (SILVA, 1996a. p. 139).

Abaixo, apresentam-se exemplos de dois tipos de antropônimos.

(20) INF. a moça é **Débora Lima Montoril de Araújo**, e o mais novo tem o nome do meu pai, Francisco Taquara de Araújo Neto. (Nome completo)

(21) INF. **O Evaldo** mora no Rio, e vende carro lá no Rio, da Chevrolet. (Prenome)

A Tabela 3 traz a frequência de uso e o peso relativo do referido grupo de fatores.

**Tabela 3: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável *tipo de antropônimo*.**

	<b>Ocorrência</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Hipocorístico	36/39	92,3%	.77
Sobrenome	23/26	88,5%	.75
Prenome	301/403	74,7%	.49
Apelido/alcunha	17/28	60,7%	.42
Nome completo	30/58	51,7%	.28
<b>Total</b>	<b>407/554</b>		

Como se pode ver, o Hipocorístico é o fator com o maior PR (.77), seguido pelo Sobrenome (.75). Os fatores Prenome e Apelido/alcunha, apesar de apresentarem uma alta frequência (74,7% e 60,7% respectivamente), têm PR desfavorecedores da aplicação da regra. Um destaque deve ser dado ao fator Nome completo, que apresentou o menor percentual (51,7%) e um PR totalmente desfavorecedor (.28) do uso do artigo definido: como já foi comentado anteriormente, nomes próprios completos, por terem alto grau de definitude, tendem a inibir o uso do artigo definido.

Esse grupo de fatores se relaciona com outro, que também foi selecionado como estatisticamente relevante: o grupo *Grau de intimidade do falante com relação à pessoa*

*mencionada*. Os hipocorísticos, que traduzem intimidade e afetividade do falante com a pessoa referida, parecem comprovar isso.

### c) Função sintática do antropônimo

Callou e Silva (1997) e Silva (1996a, b) já demonstraram que a função sintática do nome próprio exerce influência no condicionamento da variação do artigo diante de nome próprio. Em Callou e Silva (1997), a função sintática se mostrou significativa com o nome próprio exercendo a função de *adjunto adverbial*, *tópico* e *sujeito*.

No presente trabalho, a função sintática do antropônimo também foi estatisticamente relevante. O nome próprio na função de *objeto direto*, *objeto indireto*, *tópico* e *sujeito* tende a ocorrer com artigo, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 4: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável função sintática do antropônimo.**

<b>Função sintática</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Objeto direto	83/104	79,8%	.66
Objeto indireto	17/22	77,3%	.62
Tópico	23/28	82,1%	.59
Sujeito	137/176	77,8%	.55
Adjunto adnominal <sup>10</sup>	53/56	94,6%	.49
Adjunto adverbial	14/23	60,9%	.41
Aposto	41/72	56,9%	.31
Predicativo	35/67	52,2%	.29
Complemento nominal	4/6	66,7%	.25
<b>Total</b>	407/554		

As funções de *complemento nominal* (.25), *predicativo* (.29) e *aposto* (.31) são as que mais desfavorecem o uso do artigo; por outro lado, o *objeto direto* (.66), o *objeto indireto* (.62) e o *tópico* (.59) foram os fatores mais atuantes no favorecimento da aplicação da regra.

Callou e Silva (1997) lembram que o uso do artigo definido com nome próprio na função de sujeito era muito comum e frequente até o século XVII; e segundo elas, foi

<sup>10</sup> Esse fator ainda carece de uma análise à parte, haja vista que a grande quantidade de dados para ele é também dados que constituem exemplos de genitivo (pois todo genitivo é adjunto adnominal, embora nem todo adjunto adnominal seja genitivo). Lamenta-se não ser possível, no espaço deste trabalho, analisar os pormenores de cada um desses fatores controlados.



na função de sujeito que se registrou a primeira ocorrência de artigo com nome próprio no português.

#### d) Antropônimo como item de enumeração

Essa variável independente foi selecionada como estatisticamente relevante no condicionamento do uso de artigo com nome próprio, embora não tenha apresentado PRs tão significativos. O antropônimo como item de enumeração desfavorece o uso do artigo.

Exemplos:

(22) INF.- Delis? Tem **Raimunda**, tem **Rosângela**, tem **Rosenildo**, eu tenho **Rosinete**, eu tenho **Regiane**, tudo eu tenho.

(23) INF. **O Júnior**, o **Nilson**, a **Débora**. Ela é bacharel em... em enfermagem e ... ela é bacharel e é técnica em enfermagem.

A Tabela 5 abaixo mostra a frequência de uso do artigo e o peso relativo para essa variável.

**Tabela 5: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável antropônimo como item de enumeração.**

	Ocorrência	%	PR
Antropônimo <b>não</b> é item de enumeração	304/386	78,8%	.54
Antropônimo é item de enumeração	103/168	61,3%	.40
<b>Total</b>	407/554		

Observa-se que a ocorrência do artigo é superior a não ocorrência nos dois fatores, mas no caso do fator *Antropônimo não é item de enumeração*, a frequência é maior (78,8%), o que justifica o PR também maior (.54).

#### 4.3 Atuação dos fatores sociais

O programa GOLDVARB X selecionou (dos sete grupos de fatores sociais) apenas um fator social como estatisticamente relevante para a aplicação da regra de uso

de artigo com nome próprio: o grupo *Grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada*.

Os grupos de fatores sociais *Sexo, Faixa etária e Escolaridade* não se mostraram muito atuantes, como já era esperado. Da mesma forma, o grupo de fatores *Diatópico* (as capitais) não apresentou resultados muito destoantes entre as cidades, o que também era esperado, haja vista está sendo controlado apenas uma região. A variável *Diáfásica* (Resposta a questionários e Discurso semidirigido), como se pôde ver no Gráfico 2, não forneceu dados robustos, apresentando uma frequência levemente superior do Discurso semidirigido em relação ao Questionário.

Com relação ao grupo *Tempo de colonização/fundação da capital*, apesar de ele não ter sido selecionado pelo programa de análise estatística, apresentou um resultado muito interessante. As capitais de Colonização/fundação mais antiga (Belém e Manaus), que foram fundadas no século XVII (1616 e 1669, respectivamente), apresentaram uma frequência menor de uso do artigo definido diante de nome próprio (67,1%), enquanto as capitais de Colonização/fundação mais recente (Macapá, Rio Branco, Boa Vista, Porto Velho), fundadas a partir do XVIII (1758, 1882, 1890 e 1914 respectivamente), apresentaram um maior favorecimento do uso do artigo nesse contexto (frequência de 76,2% e PR de .53)<sup>11</sup>. Esses resultados se mostram em consonância com a hipótese de Callou e Silva (1997), segundo a qual o uso do artigo definido diante de nome próprio é menor nas regiões de colonização mais antiga.

#### **a) Grau de intimidade do falante com relação à pessoa mencionada**

O fator *Intimidade/familiaridade/afetividade* é tido como um forte condicionante à realização do artigo com nome próprio. A tradição gramatical destaca esse fator como legitimador do uso do artigo; os estudos linguísticos também mostram a relevância dessa variável.

Os resultados para esse grupo de fatores mostram que quando a pessoa é do meio social do falante o uso do artigo é favorecido em comparação aos outros casos. Veja-se a Tabela 6 abaixo:

---

<sup>11</sup> Todavia, quando se comparam Belém e Porto Velho, observa-se que os resultados são muito parelhos: 76,5% e 75,4%, respectivamente. Nesses casos, como nos demais, há de se considerar também os processos migratórios, e não apenas a data de função das cidades.

**Tabela 6: Artigo definido diante de nome próprio segundo a variável grau de intimidade.**

	Ocorrência	%	PR
Pessoa do meio social do falante	358/472	75,8%	.53
Pessoa famosa nacionalmente	34/57	59,6%	.31
Pessoa pública da região do falante	15/25	60%	.26
<b>Total</b>	407/554		

Essa variável se relaciona, como dito anteriormente, com outra também selecionada pelo programa GOLDVARB X: a variável *Tipo de antropônimo*. Nessa variável, como pôde ser observado, o hipocorístico é o fator que mais favorece a presença do artigo.

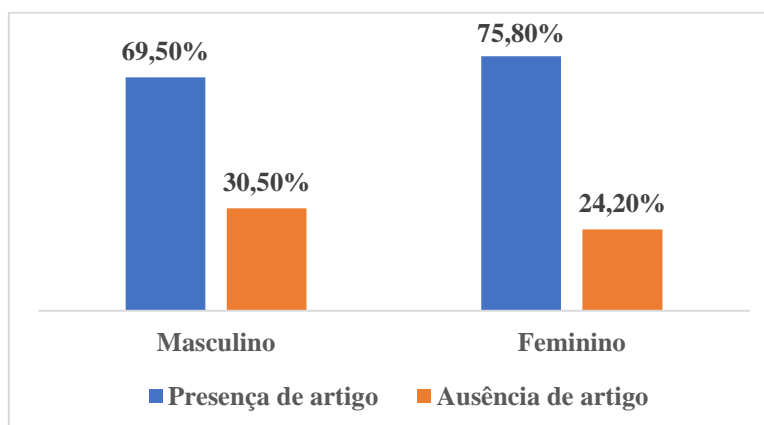
Esses resultados estão em consonância com o que Silva (1996a, b) já havia destacado: a familiaridade que o falante tem acerca da pessoa mencionada faz com que ele aumente a frequência de uso do artigo.

#### **b) Sexo, faixa etária e escolaridade**

Essas variáveis sociais não foram selecionadas pelo programa GOLDVARB X na rodada global das seis capitais; no entanto, uma breve consideração faz-se necessária para mostrar como o uso do artigo se comportou quando se levou em consideração o sexo, a faixa etária e a escolaridade dos colaboradores.

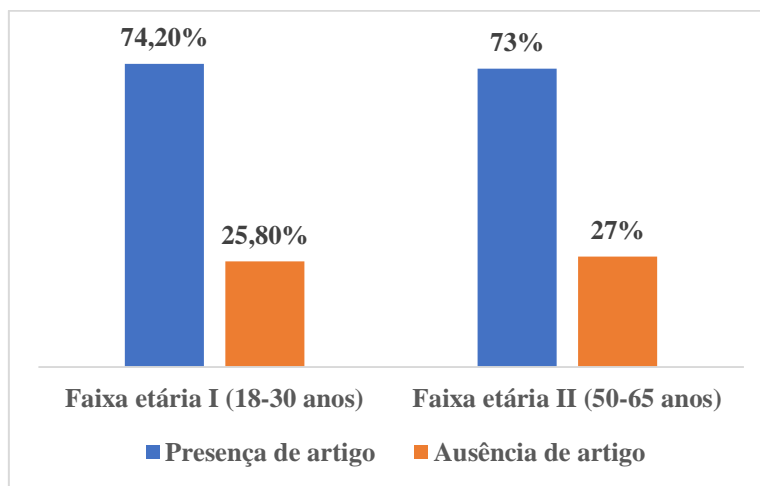
Os resultados para essas três variáveis são mostrados nos gráficos abaixo.

**Gráfico 3: Artigo definido diante de nome próprio em função do sexo dos colaboradores.**



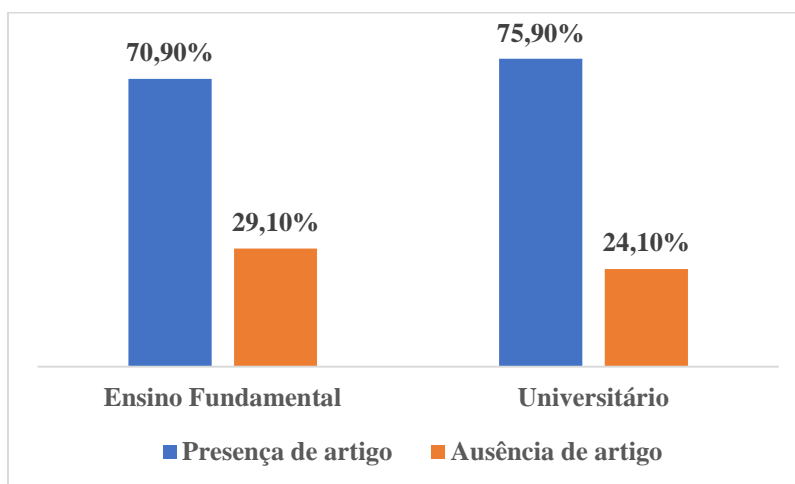
A frequência de ocorrência é muito parecida entre homens e mulheres, com uma pequena vantagem de favorecimento do uso do artigo pelas mulheres (75,8% contra 69,5%).

**Gráfico 4: Artigo definido diante de nome próprio em função da idade dos colaboradores.**



Mais parelho ainda é o resultado entre os indivíduos da primeira faixa etária e os da segunda, com uma pequena vantagem do número de ocorrência do artigo diante de nome próprio na fala dos indivíduos mais jovens.

**Gráfico 5: Artigo definido diante de nome próprio em função da escolaridade dos colaboradores.**



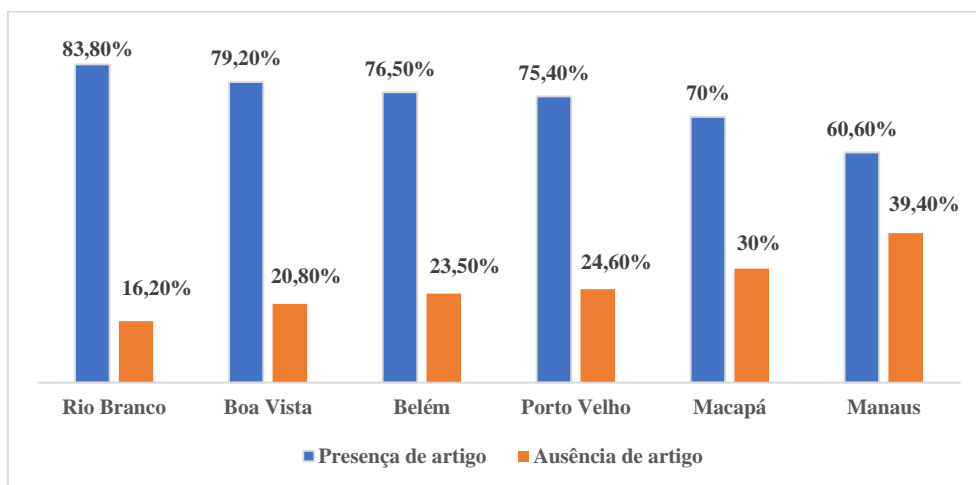
Com relação à escolaridade, os indivíduos mais escolarizados (os universitários) lideram o uso do artigo definido diante de nome próprio, com 75,9% contra 70,9% dos indivíduos do ensino fundamental.

É importante observar que esses altos índices de frequência da ocorrência do artigo diante de nome próprio nesses três grupos de fatores (sexo, idade, escolaridade), índices que ficaram na casa dos 70%, confirmam que o uso do artigo nesse contexto constitui traço de marca dialetal da Região Norte.

### c) O uso do artigo na dimensão diatópica

O Gráfico 6 abaixo traz a frequência de uso do artigo definido diante de nome próprio nas seis capitais do Norte do Brasil.

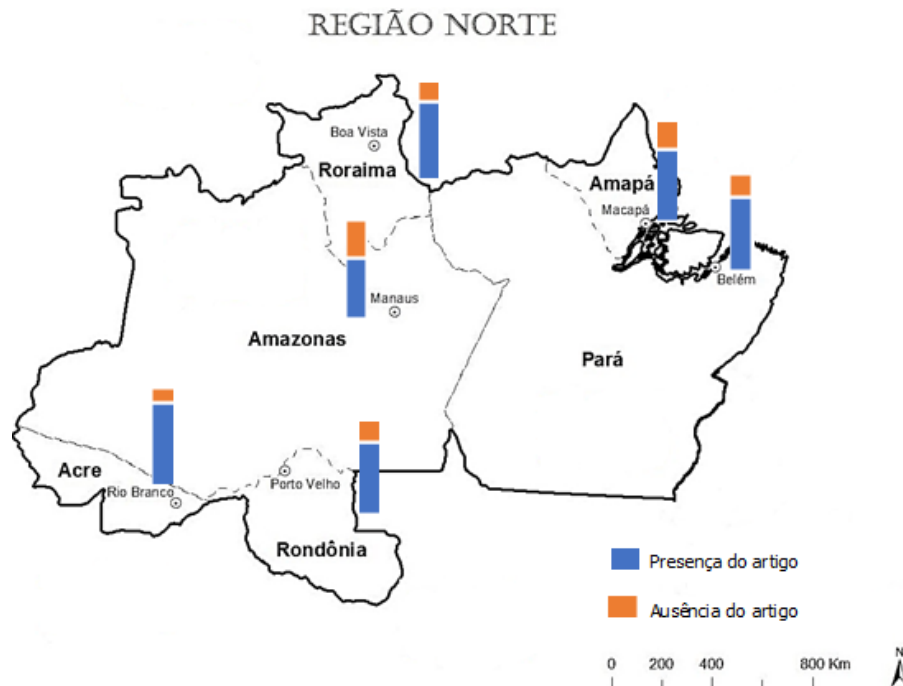
**Gráfico 6: Artigo definido diante de nome próprio por Capital.**



O Gráfico 6 mostra a predominância do uso do artigo definido diante de nome próprio em todas as capitais do Norte do Brasil (excetuando-se Palmas), com a frequência mais elevada em Rio Branco (83,8%) e a menos elevada em Manaus (60,6%).

A carta linguística a seguir permite uma melhor visualização em conjunto da distribuição do fenômeno linguístico sob análise aqui.

**Carta 1: Distribuição do uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais do Norte do Brasil.**



Apesar de ainda não se dispor dos dados das outras regiões (o que será trazido num próximo trabalho), já se pode comparar esses resultados diatópicos com os resultados de outros trabalhos, como o de Leite e Callou (2002), que foi realizado nas capitais que compõem o Projeto NURC: Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Nesse trabalho de Leite e Callou (cf. 2002. p. 53), Recife (17%) e Salvador (32%) tiveram os índices mais baixos de ocorrência do artigo definido diante de nomes próprios, e São Paulo (87%) e Porto Alegre (70%) apresentaram os maiores índices. O Rio de Janeiro ficou num intermediário com 43% de ocorrência.

Comparando os resultados do presente trabalho com os obtidos por Leite e Callou (2002), percebe-se que o Norte se alinha aos falares do Sudeste e Sul e se distancia do falar do Nordeste, com relação ao uso do artigo definido diante de nome próprio.

## **Considerações finais**

O presente trabalho fornece um panorama da variação do uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais do Norte do Brasil, tendo por base os dados do

Projeto Atlas Linguístico do Brasil. As análises foram feitas a partir da Metodologia Geossociolinguística, que conjuga os pressupostos da Sociolinguística Variacionista aos da Geolinguística.

Os resultados mostraram que a Região Norte se caracteriza por fazer amplo uso do artigo definido com nome próprio, visto que as ocorrências superam os 60%, chegando a quase 84% em Rio Branco. Dentre os dezesseis grupos de fatores controlados, o programa estatístico GOLDVARB X selecionou quatro grupos linguísticos e um social como os mais atuantes no condicionamento da variação. O grupo *Antropônimo em estrutura de genitivo* apresentou o maior PR, com .96 de favorecimento da ocorrência do artigo; seguido pelo grupo de fatores *Tipo de antropônimo*, no qual o fator *Hipocorístico* foi selecionado como o mais atuante dentro do grupo, com PR de .77.

Ao se comparar os resultados deste trabalho com o de Leite e Callou (2002) e Callou e Silva (1997), observa-se que a Região Norte se alinha às regiões Sudeste e Sul do Brasil, e se distancia, como essas regiões, do falar da Região Nordeste. Além disso, a liderança de uso do artigo definido diante de nome próprio pelas cidades de colonização mais recente, na Região Norte, corrobora a hipótese das autoras sobre esse fenômeno variável nas outras regiões do Brasil. A comparação dos resultados desses trabalhos entre si é de fundamental importância para se avaliar a relevância dos fatores *espaciais*, *sociais* e *linguísticos* no condicionamento da variação e, principalmente, para se compreender a dinâmica da variação e da mudança no PB.

## Referências

AMARAL, E. T. R. *Contribuições para uma Tipologia de Antropônimos do Português Brasileiro*. Alfa: Revista de Linguística. São Paulo, vol. 1, nº. 55, p. 63-82, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4168>. Acesso em 15 de julho de 2019.

BRAGA, M. L. *et al.* Artigo definido. In: ILARI, R. (org). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil: palavras de classes fechadas*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 105-128.

CALLOU, D; SILVA, G. M. O. *O uso do artigo definido em contextos específicos*. In: HORA, D. da (org.). *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 11-27.

- CALLOU, D. *A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo*. Faculdade de Letras da UFRJ, Série Conferência, vol. 9. Rio de Janeiro, 2000.
- CAMARA JR., J. M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CAMPOS JR., H. da S. *A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba*. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTRO, A. Os Possessivos em Português Europeu e Português Brasileiro – unidade e diversidade. In: *XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 2001, Lisboa. Anais do Encontro. Lisboa: APL. 2001. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2000-48.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2019.
- LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LEITE, Y; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- LIMA, A. F. de. *Variação do (r) posvocálico em Cameté-PA: uma abordagem geosociolinguística*. 2003. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará: Belém, 2003.
- LONGOBARDI, G. *Reference and proper names: a theory of movement in syntax and LF*. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 25, 1994. p.609-665.
- LYONS, J. *Semântica*. vol.1. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1977.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O Português Arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.
- MOISÉS, J. de A. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. 1995. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V. *O uso do artigo definido antes do nome próprio em português: uma análise semântica*. *Estudos Linguísticos Anais de Seminários do Gel*, São Paulo, v. XVII, 1989. p. 530-540.



RADTKE, E; THUN, H. Nuevos Caminos de la Geolinguística Románica. Un balance. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald. *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik*. Kiel: Westensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

RAZKY, A. *et al.* Estado de arte do Atlas Geossociolinguístico do Pará. In: AGUILERA, V. de A.; ROMANO, V. P. (Orgs.). *A Geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados*. Londrina: Eduel, 2016.

RAZKY, A. *Pour une approche géo-sociolinguistique de la variation phonétique*. *Lenguaje*. Universidad del Valle, v. 32, 2010a. p. 313-330.

RAZKY, A. Uma perspectiva geo-sociolinguística para a análise do status da variável /s/ em contexto pós-vocálico no nordeste do estado do Pará. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n. 41, 2010b. p. 169-188. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1094/showToc>. Acesso em 12 de maio de 2019.

RAZKY, A. *Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALiSPA 1.1)*. Belém: s/ed. (Programa em CD-ROM), 2004. ISBN 85-904127-1-7.

RAZKY, A. *Estudos Geo-sociolinguísticos no Estado do Pará*. v. 1. Belém: Gráfica, 2003.

RAZKY, A. *O Atlas Geo-sociolinguístico do Pará: abordagem metodológica*. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 155-164.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X - A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: [http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV\\_index.htm#ref](http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref).

SILVA, G. M. O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a. p.119-145.

SILVA, G. M. O. O emprego do artigo diante de possessivos e de patronímicos: resultados sociais. In: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b. p. 265-281.

TARALLO, F. *Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.